



Monte Rodovias

Demonstrações financeiras intermediárias
em 31 de março de 2025

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre a revisão de demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas	3
Balancos patrimoniais	5
Demonstrações dos resultados	7
Demonstrações dos resultados abrangentes	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstrações dos fluxos de caixa	10
Demonstrações do valor adicionado	12
Notas explicativas às demonstrações financeiras	13



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Av. Tancredo Neves, 2.539, 23º andar
Salas 2.308 a 2.312 - Caminho das Árvores
Edifício CEO Salvador Shopping - Torre Londres
41820-021 - Salvador/BA - Brasil
Telefone +55 (71) 3273-7350
kpmg.com.br

Relatório sobre a revisão de demonstrações financeiras intermediárias

Aos Acionistas da

Monte Rodovias S.A.

São Paulo - SP

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da Monte Rodovias S.A. (“Companhia”) contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referente ao trimestre findo em 31 de Março de 2025, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de Março de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas, as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas de acordo com o CPC 21(R1) e a norma internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board – (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da Revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias individuais e consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas, incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) e a IAS 34, aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros Assuntos - Demonstrações do valor adicionado

As informações trimestrais acima referidas incluem as demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2025, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins da IAS 34. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Salvador, 13 de Maio de 2025

KPMG Auditores Independentes Ltda.

CRC SP-014428/F-7


Diego Feliciano Irineu

Contador CRC 1SP223212/O-2

Monte Rodovias S.A.

Balanços patrimoniais

em 31 de março de 2025 e 31 de dezembro de 2024

ATIVO

	Notas	Controladora		Consolidado	
		31/03/2025	31/12/2024	31/03/2025	31/12/2024
Ativo circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	5	1.486	2.375	201.149	191.835
Contas a receber	7	-	-	29.423	31.147
Tributos a recuperar		206	205	8.148	8.158
Imposto de renda e contribuição social		-	-	12.884	11.844
Despesas antecipadas		87	87	3.408	930
Dividendos a receber		2.000	2.000	-	-
Adiantamentos		16	15	768	1.516
Total ativo circulante		3.795	4.682	255.780	245.430
Ativo não circulante					
Fundos restritos	6	-	-	25.820	25.659
Depósitos judiciais		-	-	5.823	5.367
Imposto de renda e contribuição social diferidos	14	-	-	18.504	19.052
Outros ativos		-	-	-	10
Total do realizável a longo prazo		-	-	50.147	50.088
Investimentos	8	117.827	142.076	-	-
Imobilizado		25	26	20.614	19.260
Intangível	9	-	-	1.484.983	1.497.628
Direito de uso		373	439	8.635	6.610
		118.225	142.541	1.514.232	1.523.498
Total do ativo não circulante		118.225	142.541	1.564.379	1.573.586
Total do ativo		122.020	147.223	1.820.159	1.819.016

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas.

Monte Rodovias S.A.

Balancos patrimoniais

em 31 de março de 2025 e 31 de dezembro de 2024

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Notas	Controladora		Consolidado	
		31/03/2025	31/12/2024	31/03/2025	31/12/2024
Passivo circulante					
Fornecedores		1	60	18.066	23.730
Empréstimos e financiamentos	10	-	-	37.883	39.754
Debêntures	11	-	-	3.800	3.800
Obrigações sociais e trabalhistas		15	15	9.897	11.701
Imposto de renda e contribuição social		-	-	36	683
Obrigações tributárias		19	6	9.239	6.560
Arrendamentos		269	264	5.487	4.910
Provisão para manutenção	13	-	-	9.443	8.109
Outras obrigações		-	-	2.018	3.191
Total passivo circulante		304	345	95.869	102.438
Passivo não circulante					
Empréstimos e financiamentos	10	-	-	618.908	630.640
Debêntures	11	-	-	915.082	877.432
Arrendamentos		118	188	3.619	2.110
Provisão para contingências	12	-	-	12.356	11.552
Provisão para manutenção	13	-	-	49.728	45.150
Outros passivos		-	-	3.005	3.007
Total passivo não circulante		118	188	1.602.698	1.569.891
Patrimônio líquido					
Capital social	15	136.264	136.264	136.264	136.264
Reservas de lucros	15	10.426	10.426	10.426	10.426
Prejuízos acumulados	15	(25.092)	-	(25.092)	-
		121.598	146.690	121.598	146.690
Patrimônio líquido atribuível aos:					
Acionistas controladores				121.597	146.690
Acionistas não controladores				(6)	(3)
Total do passivo e patrimônio líquido		122.020	147.223	1.820.159	1.819.016

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas.

Monte Rodovias S.A.

Demonstrações dos resultados

para os períodos de três meses findos em 31 de março de 2025 e 2024

	Notas	Controladora		Consolidado	
		31/03/2025	31/03/2024	31/03/2025	31/03/2024
Receita líquida de serviços	16	-	-	112.070	75.857
Receita de construção	16	-	-	4.530	6.466
Receita Líquida		-	-	116.600	82.323
Custo dos serviços prestados	17	-	-	(60.120)	(40.457)
Custo de construção	17	-	-	(4.486)	(6.402)
Lucro Bruto		-	-	51.994	35.464
Gerais e administrativas	18	(642)	(319)	(26.579)	(14.499)
Resultado de equivalência patrimonial		(24.249)	936	-	-
Outras receitas operacionais		-	-	409	102
Lucro (prejuízo) operacional antes do resultado financeiro, líquido		(24.891)	617	25.824	21.067
Receitas Financeiras	19	2	1	6.970	10.088
Despesas Financeiras	19	(203)	(3.924)	(54.825)	(33.866)
Resultado financeiro, líquido		(201)	(3.923)	(47.855)	(23.778)
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		(25.092)	(3.306)	(22.031)	(2.711)
Imposto de renda e contribuição social correntes	14	-	-	(2.515)	(348)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	14	-	-	(549)	(248)
Prejuízo do período		(25.092)	(3.306)	(25.095)	(3.307)
Resultado atribuído aos:			-		
Acionistas controladores				(25.092)	(3.306)
Acionistas não controladores				(3)	(1)
Prejuízo do período		(25.092)	(3.306)	(25.095)	(3.307)
Prejuízo básico e diluído por ação – em reais	20	(184,14)	(7,00)	(184,16)	(7,00)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas.

Monte Rodovias S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes para os períodos de três meses findos em 31 de março de 2025 e 2024

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2025	31/03/2024	31/03/2025	31/03/2024
Prejuízo do período	(25.092)	(3.306)	(25.095)	(3.307)
Resultado atribuído aos:				
Acionistas controladores			(25.092)	(3.306)
Acionistas não controladores			(3)	(1)
Prejuízo do período	(25.092)	(3.306)	(25.095)	(3.307)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas.

Monte Rodovias S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os períodos de três meses findos em 31 de março de 2025 e 2024

	Capital social	Reserva legal	Reserva de lucros a realizar	Prejuízos acumulados	Total	Participação de não controladores	Total do patrimônio líquido
Em 31 de dezembro de 2023	472.264	3.982	22.177	-	498.423	(4)	498.419
Prejuízo do período	-	-	-	(3.306)	(3.306)	(1)	(3.307)
Em 31 de março de 2024	472.264	3.982	22.177	-	495.117	(5)	495.112
Em 31 de dezembro de 2024	136.264	3.982	6.444	-	146.690	(3)	146.687
Prejuízo do período	-	-	-	(25.092)	(25.092)	(3)	(25.095)
Em 31 de março de 2025	136.264	3.982	6.444	(25.092)	121.598	(6)	121.592

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas.

Monte Rodovias S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

para os períodos de três meses findos em 31 de março de 2025 e 2024

	Notas	Controladora		Consolidado	
		31/03/2025	31/03/2024	31/03/2025	31/03/2024
Fluxos de caixa das atividades operacionais					
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		(25.092)	(3.306)	(22.031)	(2.711)
Ajustes					
Margem de construção		-	-	(44)	(64)
Depreciação e amortização	17/18	67	154	21.979	17.359
Juros e variações monetárias, líquidas		5	3.895	50.053	25.051
Apropriação do custo de captação	10/11	-	-	1.610	34
Provisão (reversão) para contingências	12	-	-	1.153	369
Provisão para manutenção	13	-	-	5.912	4.491
Resultado na venda de imobilizado e intangível	9	-	-	-	251
Resultado de equivalência patrimonial	8	24.249	(936)	-	-
Resultado ajustado das operações		(771)	(193)	58.632	44.780
Variação dos ativos e passivos					
Contas a receber		-	-	1.768	1.934
Despesas antecipadas		-	41	(2.478)	(3.917)
Tributos a recuperar		(1)	-	357	(7.291)
Depósitos judiciais		-	-	(3.049)	7.698
Adiantamentos		(1)	6	748	(1.332)
Outros ativos		-	-	10	-
Fornecedores		(58)	4	(5.663)	(6.307)
Obrigações tributárias		13	(7)	2.679	(9.604)
Obrigações sociais e trabalhistas		-	2	(1.804)	2.245
Outras obrigações		-	-	(1.173)	(697)
Caixa gerado pelas (utilizado nas) das atividades operacionais		(818)	(147)	50.027	27.509
Juros pagos	10/11	-	(2.160)	(12.199)	(13.185)
Impostos pagos sobre o lucro		-	-	(4.550)	(195)
Fluxo de caixa líquido (utilizado nas) proveniente das atividades operacionais		(818)	(2.307)	33.278	14.129

Monte Rodovias S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

para os períodos de três meses findos em 31 de março de 2025 e 2024

	Notas	Controladora		Consolidado	
		31/03/2025	31/03/2024	31/03/2025	31/03/2024
Fluxos de caixa das atividades de investimentos					
Adição ao fundo restrito		-	-	-	(3.896)
Resgate do fundo restrito		-	-	623	4.229
Adições ao intangível	9	-	-	(5.654)	(17.285)
Adições ao imobilizado		-	(2)	(2.173)	(243)
Fluxo de caixa utilizado nas atividades de investimentos		-	(2)	(7.204)	(17.195)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos					
Captação de financiamentos e debêntures	11	-	-	-	42.000
Amortização de financiamentos e debêntures	11	-	(413)	(13.823)	(13.268)
Partes relacionadas – Debêntures (captação)		-	3.000	-	-
Pagamentos de arrendamentos	21	(71)	(165)	(2.936)	(2.386)
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamentos		(71)	(2.422)	(16.759)	(26.346)
Aumento (Redução) de caixa e equivalentes de caixa		(889)	113	9.314	23.280
Caixa e equivalentes de caixa no início do período		2.375	673	191.835	136.299
Caixa e equivalentes de caixa no final do período		1.486	786	201.149	159.579

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas.

Monte Rodovias S.A.

Demonstrações do valor adicionado

para os períodos de três meses findos em 31 de março de 2025 e 2024

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/03/2025	31/03/2024	31/03/2025	31/03/2024
Receitas					
Receita de serviços	16	-	-	124.429	83.096
Receita de construção	16	-	-	4.530	6.466
Outras receitas		-	-	407	105
		-	-	129.366	89.667
Insumos adquiridos de terceiros					
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(512)	(87)	(15.632)	(10.300)
Custo de construção	17	-	-	(4.486)	(6.402)
Valor adicionado bruto		(512)	(87)	109.248	72.965
Depreciação e amortização	17/18	(67)	(154)	(21.979)	(17.359)
Apropriação de seguros		-	(39)	(1.915)	(1.496)
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia		(579)	(280)	85.354	54.110
Valor adicionado recebido em transferência					
Receitas financeiras		2	1	6.970	10.088
Resultado de equivalência patrimonial		(24.249)	936	-	-
Valor adicionado total a distribuir		(24.826)	657	92.324	64.198
Distribuição do valor adicionado					
Pessoal					
Remuneração direta		5	13	19.831	8.225
Benefícios		25	1	5.216	3.625
FGTS		-	-	655	415
Impostos, taxas e contribuições		8	4	20.860	10.033
Federais		-	3	13.443	5.664
Estaduais		-	1	177	162
Municipais		8	-	7.240	4.207
Remuneração de capitais de terceiros		228	3.945	70.857	45.207
Juros		204	3.921	54.607	33.495
Aluguéis		-	-	106	185
Outras		24	24	16.144	11.527
Remuneração de capitais próprios		(25.092)	(3.306)	(25.095)	(3.307)
Prejuízo do período		(25.092)	(3.306)	(25.095)	(3.307)
Valor adicionado distribuído		(24.826)	657	92.324	64.198

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Monte Rodovias, (“Companhia” ou “Monte Rodovias”) e quando em conjunto com suas controladas, (“Grupo”), tem como objeto social: holding patrimonial e administração de seu patrimônio, constituído por bens móveis (inclusive quotas de ações de outras sociedades), semoventes e imóveis próprios, podendo celebrar quaisquer negócios necessários à consecução de seu objeto social e à administração de seu patrimônio, inclusive de outras sociedades.

Em 22 de novembro de 2021, a Companhia obteve o registro de emissor na categoria A perante a Comissão de Valores Mobiliários (CVM), porém até o momento não tem negociação de suas ações no mercado de capital.

A Monte Rodovias é controlada direta do M Transportation Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura (“Fundo de Investimento M Rodovias”).

A Monte Rodovias é controladora das empresas mencionadas a seguir, sendo as seguintes atividades desenvolvidas por estas controladas:

Monte Rodovias Nordeste | Holding Participações S.A.

Em 16 de outubro de 2020, a Companhia adquiriu (cessão onerosa) a totalidade das ações representativas do capital social da Monte Rodovias Nordeste | Holding Participações S.A. (“MRNE”) de seus próprios acionistas, Fundo M Rodovias Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura (“FIP M Rodovias”) e Monte Equity Partners Consultoria e Desenvolvimento Ltda. A MRNE tem como objeto social: holding patrimonial e administração de seu patrimônio, constituído por bens móveis (inclusive quotas de ações de outras sociedades), semoventes e imóveis próprios, podendo celebrar quaisquer negócios necessários à consecução de seu objeto social e à administração de seu patrimônio, inclusive de outras sociedades.

A Monte Rodovias, possui controle acionário direto na proporção 99,99% das ações da MRNE, que por sua vez, possui igualmente controle acionário direto na proporção 100% das ações das concessionárias CBN, CRA, CRC e CLN.

A alteração da denominação social da Verona Holding e Participações Societárias S,A, passou para Monte Rodovias Nordeste | Holding Participações Societárias S.A. ocorreu em 29 de abril de 2024.

Concessionária Bahia Norte S.A.

A Concessionária Bahia Norte S.A. (“CBN”), com sede em Salvador, no Estado da Bahia, foi constituída em 29 de junho de 2010, tem como objeto social a exploração e operação do sistema rodoviário composto por trechos das rodovias BA-093, BA-512, BA-521, BA-524, BA-526 e BA-535, seus acessos, faixas de domínio, edificações e terrenos, bem como pelas áreas ocupadas com instalações operacionais e administrativas, tudo em conformidade com as condições do contrato de concessão firmado entre o Estado da Bahia, o Departamento de Infraestrutura de Transportes da Bahia (Derba), a Agência Estadual de Serviços Públicos de Energia, Transportes e Comunicações do Estado da Bahia (Agerba), pelo prazo de 25 anos.

Em 25 de setembro de 2014, foi assinado o 2º termo aditivo ao Contrato de Concessão, com finalidade de incluir o trecho situado entre o km 18,5 da BA-526 e o km 8,5 da BA-099, com extensão de 11,20 km. Como consequência, a área de total concedida passou a ser 132,65 km. Em decorrência dos novos investimentos, para recompor o equilíbrio econômico-financeiro da concessão, a vigência do Contrato foi aditada, passando de 25 para 30 anos.

Monte Forte Holding Participações S.A.

Em 03 de novembro de 2023, o grupo Monte Rodovias, por meio da sua holding Verona Holding e Participações Societárias S.A, (atual Monte Rodovias Nordeste | Holding Participações Societárias S.A.) adquiriu (cessão onerosa) a totalidade das ações representativas do capital social da Monte Forte Holding Participações S.A. ("Monte Forte"), empresa pré-operacional, constituída em 10 de abril de 2023. A Monte Forte apresentava como objeto social: holding patrimonial e administração de seu patrimônio, constituído por bens móveis (inclusive quotas de ações de outras sociedades), semoventes e imóveis próprios, podendo celebrar quaisquer negócios necessários à consecução de seu objeto social e à administração de seu patrimônio, inclusive de outras sociedades.

Em 06 de dezembro de 2023, a Monte Forte celebrou contratos de compra e venda de ações e outras avenças, com os atuais acionistas da Concessionária Litoral Norte S.A., para a aquisição das ações de emissão da aludida concessionária, o qual estava condicionado a implementação das condições precedentes previstas nos contratos. A conclusão da operação foi efetivada em 27 de maio de 2024, desta forma, a partir desta data, a Companhia passou a deter o controle indireto da CLN.

Em 28 de junho de 2024, foi aprovada a incorporação reversa da Monte Forte Holding Participações S.A. pela CLN.

Concessionária Rota do Atlântico S.A.

Em 30 de abril de 2021, a MRNE, controlada da Companhia, concluiu a aquisição e se tornou proprietária da totalidade de ações do capital social da empresa Concessionária Rota do Atlântico S.A. ("CRA") após o atendimento das condições precedentes previstas no contrato de compra e venda de ações celebrados com seus antigos acionistas e, também, junto ao Poder Concedente. Desta forma, a partir desta data, a Companhia passa a deter o controle indireto da CRA.

A CRA, com sede no Cabo de Santo Agostinho, estado de Pernambuco, foi constituída em 10 de junho de 2011, tendo como objetivo a exploração, pelo regime de concessão, e a execução de obras do Complexo Viário e Logístico de SUAPE, nos termos do Contrato de Concessão celebrado em 18 de julho de 2011, com o Poder Concedente representado pelo Complexo Industrial Portuário Governador Eraldo Gueiros "Suape" (Governo do Estado de Pernambuco), cujo prazo de concessão é de 35 anos, contados de novembro de 2011, podendo ser prorrogado para fins de reequilíbrio econômico-financeiro.

A extensão concedida é de 44 km e o projeto é responsável pela integração do Sistema Rodoviário ao Complexo Industrial-Portuário. O eixo principal da rota começa na BR-101 Sul, na altura do Hospital D. Helder Câmara e termina em Nossa Senhora do Ó, acesso a Porto de Galinhas e ao litoral Sul do estado de Pernambuco.

Concessionária Rota dos Coqueiros S.A.

Em 30 de abril de 2021, a MRNE, controlada da Companhia, concluiu a aquisição e se tornou proprietária da totalidade de ações do capital social da empresa Concessionária Rota dos Coqueiros S.A. ("CRC") após o atendimento das condições precedentes previstas no contrato de compra e venda de ações celebrados com seus antigos acionistas e junto ao poder concedente. Desta forma, a partir desta data, a Companhia passa a deter o controle indireto da CRC.

A CRC, com sede em Jaboatão dos Guararapes, estado de Pernambuco, foi constituída em 15 de dezembro de 2006, tendo como objetivo a exploração, mediante concessão patrocinada, responsável pela construção, operação, manutenção e conservação do Sistema Viário do Paiva. A via litorânea tem 6,5 km de extensão e uma Ponte Arquiteto Wilson Campos Júnior, com 320 m, a qual liga os municípios de Jaboatão dos Guararapes e Cabo de Santo Agostinho. O contrato de concessão tem prazo de 35 anos e 03 meses.

As obras de execução da concessão tiveram início em janeiro de 2008 e foram concluídas em março de 2010, com início das operações em 11 de junho de 2010.

Em 29 de maio de 2024, foi publicada no DOE a Resolução ARPE nº 259, com as novas Tarifas de Pedágio da CRC vigentes a partir de 14 de junho de 2024, consolidando os resultados dos processos de reequilíbrio e reajuste contratual.

Concessionária Litoral Norte S.A.

Em 27 de maio de 2024, o grupo Monte Rodovias, por meio da sua holding Monte Forte Holding Participações S.A. adquiriu (cessão onerosa) a totalidade das ações representativas do capital social da Concessionária Litoral Norte S.A. ("CLN"), após o atendimento das condições precedentes previstas no contrato de compra e venda de ações celebrados com seus antigos acionistas e junto ao poder concedente. Desta forma, a partir desta data, a Companhia passa a deter o controle indireto da CLN.

A CLN, é uma sociedade por ações de capital fechado, constituída em 3 de fevereiro de 2000, com sede na Rodovia BA-099 - Estrada do Coco, Praça do Pedágio, Camaçari - BA.

A Companhia tem como objeto social operar e explorar, por meio da cobrança de pedágio e outras atividades pertinentes, a concessão da via denominada BA-099, sistema rodoviário Estrada do Coco - Linha Verde, de acordo com o Contrato de Concessão outorgado pelo Departamento de Infraestrutura de Transporte da Bahia - DERBA em 21 de fevereiro de 2000.

(a) Ativos identificáveis adquiridos, passivos assumidos e Contraprestação transferida e futura

A tabela a seguir resume o valor justo dos ativos adquiridos, passivos assumidos e por fim o valor da contraprestação transferida e futura:

	Total da aquisição
Ativos	
Caixa e equivalentes de caixa	17.451
Contas a receber	5.585
Impostos a recuperar	7.606
Imobilizado	10.150
Intangível	111.714
Outros ativos	3.993
Total dos ativos identificáveis	156.499
Passivos	
Fornecedores	2.907
Obrigações tributárias e trabalhistas	11.623
Outros passivos	7.594
Total passivos	22.124
Total dos ativos identificáveis líquidos	134.375

A alocação da contraprestação transferida foi realizada com base em laudo de avaliação elaborado por empresa especializada contratada pela Empresa, em conformidade com o Pronunciamento Técnico CPC 15 (R1) – Combinação de Negócios. Como resultado dessa operação a Companhia reconheceu uma mais valia atribuída ao contrato de concessão no valor de R\$ 59.171.

2. Base de preparação**Declaração de conformidade**

As informações trimestrais individuais e consolidadas, apresentadas para o período findo em 31 de março de 2025, foram elaboradas de acordo com o CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), de acordo com o IAS 34 – *Interim Financial Reporting*, emitido pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis a elaboração das Informações Trimestrais - ITR e foram autorizadas pelo Conselho de Administração da Companhia em 13 de maio de 2025.

As informações trimestrais foram preparadas para atualizar os usuários sobre as informações relevantes apresentadas no período e devem ser analisadas em conjunto com as demonstrações financeiras completas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, emitida em 28 de março de 2025.

Na preparação dessas informações trimestrais, adotamos todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo CPC, pelo IASB e órgãos reguladores que estavam em vigor até 31 de março de 2025 e com os pronunciamentos técnicos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC. Incluem também as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e de acordo com os Padrões Internacionais de Demonstrações Financeiras (International Financial Reporting Standards – IFRS - Accounting Standards) emitidos pelo IASB (International Accounting Standards Board).

Base de mensuração

As demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, exceto se indicado de outra forma.

Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos apresentados nestas demonstrações financeiras foram arredondados para milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas, a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

i. Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas na data de emissão do relatório que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota explicativa 14 – reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual as diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser utilizados;
- Notas explicativas 12 e 13 – reconhecimento e mensuração de provisões para contingências e provisão para manutenção: principais características sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos.

ii. Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados a aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota explicativa 8: equivalência patrimonial e aquisição de negócios: determinação se a Companhia tem influência significativa sobre uma investida;

iii. Mensuração a valor justo

O Pronunciamento Técnico CPC 46 requer a classificação em uma hierarquia de três níveis para mensurações a valor justo dos instrumentos financeiros.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma.

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- Nível 2: inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- Nível 3: inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Base de consolidação

As demonstrações financeiras intermediárias consolidadas incluem as informações da Companhia e de suas Controladas (denominadas em conjunto de "Grupo").

Todas as informações relevantes próprias destas demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas e estas correspondem às utilizadas pela Administração na gestão do Grupo.

Companhias consolidadas	Controle	País	Participação no	Participação no
			capital social (%)	capital social (%)
			31/03/2025	31/12/2024
Monte Rodovias Nordeste Holding Participações S.A.. ("MRNE")	Direto	Brasil	99,99	99,99
Concessionária Rota dos Coqueiros S.A. ("CRC")	Indireto	Brasil	100,00	100,00
Concessionária Rota do Atlântico S.A. ("CRA")	Indireto	Brasil	100,00	100,00
Concessionária Bahia Norte S.A. ("CBN")	Indireto	Brasil	100,00	100,00
Concessionária Litoral Norte S.A. ("CLN")	Indireto	Brasil	100,00	100,00

3. Demonstração do valor adicionado (DVA)

A Companhia elaborou Demonstrações do Valor Adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 (R1) – Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras, em conformidade com as demais normas técnicas aplicáveis às companhias abertas, enquanto para IFRS representam informação financeira adicional.

4. Gerenciamento de riscos financeiros

4.1. Fatores de risco financeiro

a) Considerações gerais

As atividades da Companhia e de suas controladas as expõem aos diversos riscos financeiros: risco de liquidez, risco de crédito e risco de juros. A gestão de risco se concentra na antecipação de ações em momentos de imprevisibilidade dos mercados financeiros e buscando minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia e de suas controladas.

A gestão de risco realizada pela Companhia e suas controladas é pautada pela identificação, mensuração e mitigação dos riscos mapeados para todos os seus negócios.

b) Gerenciamentos de riscos

A Companhia e as suas controladas estão expostas aos riscos de liquidez, em virtude de eventual possibilidade de não conseguir honrar seus compromissos operacionais e financeiros pela ausência de caixa; aos riscos de mercado,

decorrentes de variações de taxas de juros, e ao risco de crédito decorrente da possibilidade não conseguir garantias ou novos financiamentos perante instituições financeiras.

A Companhia e suas controladas adotam procedimentos de gestão de riscos de liquidez, de mercado e de crédito, através de políticas e preservação de margem operacional através de eficiência na gestão de recursos além de mecanismos de manutenção de caixa mínimo, visando sempre antecipar a eventuais variações de mercado que possam expor seus ativos e passivos, protegendo a rentabilidade dos contratos e o patrimônio.

c) Risco de liquidez

Revisão das projeções de caixa são realizadas de forma contínua, sempre com premissas conservadoras, de modo a assegurar a capacidade da Companhia em honrar suas necessidades operacionais e financeiras. A Companhia e suas controladas buscam preservar caixa mínimo suficiente para assegurar a operação em caso de eventuais flutuações de mercado.

A tabela a seguir demonstra a exposição no passivo da Companhia e suas controladas (Consolidado) em 31 de março de 2025 e 31 de dezembro de 2024 (valores expressos em milhares de R\$):

	Controladora					
	Valor contábil	Total	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos
Em 31 de março de 2025						
Fornecedores	2	2	2	-	-	-
Passivo de arrendamento	387	393	274	118	-	-
Total	389	395	276	118	-	-
Em 31 de dezembro de 2024						
Fornecedores	60	60	60	-	-	-
Passivo de arrendamento	452	464	276	188	-	-
Total	512	524	336	188	-	-
	Consolidado					
	Valor contábil	Total	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos
Em 31 de março de 2025						
Fornecedores	18.067	18.067	18.067	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	656.791	844.225	90.983	85.693	249.403	418.146
Debêntures	918.882	1.890.218	55.081	57.424	818.576	959.136
Passivo de arrendamento	9.106	9.148	5.599	3.526	22	-
Total	1.602.846	2.761.658	169.730	146.643	1.068.001	1.377.282
Em 31 de dezembro de 2024						
Fornecedores	23.730	23.730	23.730	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	670.394	967.418	99.890	92.836	261.804	512.888
Debêntures	881.232	1.942.039	47.411	55.081	630.752	1.208.795
Passivo de arrendamento	7.020	7.330	5.147	2.183	-	-
Total	1.582.376	2.940.517	176.178	150.100	892.556	1.721.683

d) Risco de crédito

As operações que sujeitam a Companhia e suas controladas à concentração de risco de crédito residem, principalmente, na não obtenção de novos financiamentos/garantias em função do mercado e nas contas correntes bancárias, aplicações financeiras, onde ficam expostas ao risco da instituição financeira envolvida. Visando gerenciar este risco, A Companhia e

suas controladas acompanham a situação financeira de mercado continuamente e mantém contas correntes bancárias com instituições financeiras consideradas pela Administração como de primeira linha, apesar de a Companhia e suas controladas não terem exposição ao risco de crédito em sua operação por se tratar de recebíveis na modalidade arrecadação a vista.

e) Risco de mercado

Exposição a riscos de taxas de juros e índices de inflação

A Companhia e suas controladas estão expostas ao risco de variação de taxas de juros e índices de inflação, que podem causar aumento em sua despesa financeira, com o provisionamento de juros futuros.

Análise de sensibilidade

Os instrumentos financeiros podem sofrer variações de valor justo em decorrência da flutuação da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), Certificado de Depósito Interbancário (CDI) e do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), principais exposições de risco de mercado da Companhia e de suas Controladas.

As avaliações de sensibilidade dos instrumentos financeiros à esta variável são apresentadas a seguir:

(i) Seleção dos riscos

A Companhia e suas controladas selecionou os riscos de mercado que mais podem afetar os valores dos instrumentos financeiros por ela detidos como sendo a taxa de juros TJLP e CDI e de inflação o IPCA.

(ii) Seleção dos cenários

A Companhia apresenta na análise de sensibilidade três cenários, sendo um provável e dois que possam representar efeitos adversos para a Companhia.

Como cenário provável (cenário I) na taxa de juros TJLP, CDI e IPCA, foram consideradas as projeções apresentadas a seguir:

Indicador	2025	2026	2027	2028	2029
TJLP (*)	8,7%	8,1%	7,3%	7,0%	7,0%
CDI (*)	14,4%	13,7%	12,2%	10,4%	10,4%
IPCA (*)	5,7%	4,5%	4,0%	3,5%	3,5%

(*) Fonte: Itaú BBA Mar./2025.

Para os dois cenários adversos na taxa de juros TJLP, CDI e IPCA, considerando um horizonte de 12 meses, foram estimados com uma deterioração razoável de 25% e 50% de acordo com uma variação possível e razoavelmente possível respectivamente, em relação à estimativa provável. A Companhia avalia que a mudança na taxa variável é estável, não havendo necessidade de alteração na faixa razoável de variação em comparação a períodos anteriores, não havendo também evidências de que as taxas se tornaram voláteis.

As taxas consideradas foram:

Indicador	Cenário I	Cenário II	Cenário III
	Provável (*)	Adverso possível	Adverso extremo
TJLP	7,60%	9,51%	11,41%
CDI	12,23%	15,28%	18,34%
IPCA	4,23%	5,29%	6,34%

(*) Refere-se à média aritmética da projeção de 2025 a 2029 das taxas apresentadas acima.

(iii) Análise de sensibilidade de variações na taxa de juros - TJLP

A sensibilidade de cada instrumento financeiro, considerando a exposição à variação da taxa de juros TJLP, é apresentada na tabela a seguir:

Instrumento	Vencimento	Risco	Juros a incorrer		
			Cenário I	Cenário II	Cenário III
			Provável	Adverso Possível 25%	Adverso Extremo 50%
Empréstimo BNB - CBN	2026	Alta da TJLP	(94)	(109)	(123)
Empréstimo Desenhahia - CBN	2033	Alta da TJLP	(721)	(847)	(971)
Empréstimo Desenhahia - CBN	2034	Alta da TJLP	(1.755)	(2.061)	(2.362)

(iv) Análise de sensibilidade de variações na taxa de juros - CDI

A sensibilidade de cada instrumento financeiro, considerando a exposição à variação de Depósito Interbancário, é apresentada na tabela a seguir:

Instrumento	Vencimento	Risco	Juros a incorrer		
			Cenário I	Cenário II	Cenário III
			Provável	Adverso Possível 25%	Adverso Extremo 50%
Empréstimos - Desenhahia - CBN	2026	Alta do CDI	(720)	(848)	(974)
Debêntures - CLN	2030	Alta do CDI	(23.534)	(28.084)	(32.757)
Debêntures - MRNE	2032	Alta do CDI	(94.567)	(114.701)	(135.395)
Fundos restritos		Baixa do CDI	687	663	639
Aplicação financeira		Baixa do CDI	5.208	5.027	4.845

(v) Análise de sensibilidade de variações no índice de inflação - IPCA

Instrumento	Vencimento	Risco	Juros a incorrer		
			Cenário I	Cenário II	Cenário III
			Provável	Adverso Possível 25%	Adverso Extremo 50%
Debêntures - CRA	2036	Alta do IPCA	(23.176)	(27.272)	(31.089)
Debêntures - CRC	2037	Alta do IPCA	(8.919)	(10.008)	(11.125)
Empréstimos - BNB - CBN	2025	Alta do IPCA	(32)	(35)	(38)
Empréstimos - BNB - CBN	2037	Alta do IPCA	(8.093)	(9.377)	(10.649)

A administração desses instrumentos financeiros é efetuada por meio de estratégia operacional, visando liquidez, rentabilidade e segurança. O procedimento interno consiste em acompanhamento permanente da taxa contratada versus as taxas de mercado vigentes.

As operações desses instrumentos são realizadas pela área de estruturação financeira e tesouraria da Companhia, por meio de avaliação e estratégia de operações previamente aprovadas pela diretoria.

As análises de sensibilidade acima têm por objetivo ilustrar a sensibilidade às mudanças em variáveis de mercado nos instrumentos financeiros da Companhia, sujeitos a essas variáveis. As análises de sensibilidade são estabelecidas com base em premissas e pressupostos em relação aos eventos futuros. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. No entanto, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido à subjetividade relativa ao processo utilizado na preparação das análises e às mudanças inerentes de mercado.

A Companhia não operou com instrumentos financeiros derivativos durante o período findo em 31 de março de 2025.

4.2. Gestão de capital

Os objetivos da Companhia e suas controladas ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

O Grupo monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida, dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos e financiamentos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado, com a dívida líquida.

4.3. Instrumentos financeiros por categoria

A seguir, apresentamos a segregação dos instrumentos financeiros, por categoria:

	Nota	Nível	Mensuração (*)	Controladora			
				31/03/2025		31/12/2024	
				Contábil	Valor Justo	Contábil	Valor Justo
Ativos, conforme balanço patrimonial							
Caixa e equivalente de caixa	6	Nível 2	1	1.486	1.486	2.375	2.375
Total				1.486	1.486	2.375	2.375
Passivos, conforme o balanço patrimonial							
Fornecedores			2	2	2	59	59
Arrendamentos			2	387	387	452	452
Total				389	389	511	511

	Nota	Nível	Mensuração (*)	Consolidado			
				31/03/2025		31/12/2024	
				Contábil	Valor Justo	Contábil	Valor Justo
Ativos, conforme balanço patrimonial							
Caixa e equivalente de caixa	6	Nível 2	1	201.149	201.149	191.835	191.835
Fundos restritos	7	Nível 2	1	25.820	25.820	25.659	25.659
Contas a receber	8		2	29.423	29.423	31.147	31.147
Total				256.392	256.392	248.641	248.641
Passivos, conforme o balanço patrimonial							
Empréstimos e financiamentos	11		2	656.791	656.791	670.394	670.394
Debêntures	12	Nível 2	1	918.882	918.882	881.232	881.232
Fornecedores			2	18.067	18.067	23.729	23.729
Arrendamentos			2	9.106	9.106	7.020	7.020
Outras obrigações, excluindo obrigações legais			2	5.023	5.023	6.198	6.198
Total				1.607.869	1.607.869	1.588.573	1.588.573

(*) Mensuração: 1) Mensurados a valor justo por meio de resultado 2) Custo amortizado

Técnicas de mensuração do valor justo:

O Grupo avaliou que o valor justo das contas a receber, contas a pagar a fornecedores e cauções contratuais e demais ativos e passivos circulantes são equivalentes a seus valores contábeis, principalmente aos vencimentos de curto prazo desses instrumentos.

O valor justo dos ativos a receber e passivos a pagar a longo prazo, tais como aplicações financeiras, aplicações financeiras vinculadas, são avaliados pelo Grupo com base em parâmetros tais como taxas de juros e fatores de risco. Com base nessa avaliação, o valor contábil desses ativos e passivos se aproximava de seu valor justo.

Os valores contábeis dos mútuos a receber, a pagar com partes relacionadas e empréstimos, por se tratar de instrumentos financeiros com características exclusivas, oriundos de fontes de financiamento específicas do Grupo, consideram-se os valores contábeis desses instrumentos financeiros equivalentes aos valores justos.

Os valores contábeis dos empréstimos e financiamentos, aproximam-se dos seus valores justos, uma vez que quase sua totalidade destes instrumentos são compostos, majoritariamente, por títulos pré-fixados sem previsão contratual de marcação.

Já as debêntures, tiveram seus valores justos calculados projetando-se os fluxos de caixa até o vencimento das operações com base em taxas futuras obtidas através de fontes públicas, acrescidas dos spreads contratuais e trazidos a valor presente pela taxa de desconto ajustada ao risco de cada ativo.

5. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2025	31/12/2024	31/03/2025	31/12/2024
Caixa e bancos	10	1	17.210	11.719
Aplicações financeiras (a)	1.476	2.374	183.939	180.116
Total	1.486	2.375	201.149	191.835

(a) Na Controladora, o saldo em aplicações financeiras é decorrente de aplicação automática do saldo em conta corrente realizadas pelas instituições financeiras depositárias ao final do dia, com baixíssima rentabilidade.

As Controladas mantêm aplicações financeiras, em sua maioria do tipo CDB, de curto prazo de alta liquidez, prontamente conversíveis em caixa, remunerados a taxa entre 98% e 101% (98% e 100,5% em 31 de dezembro de 2024) do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

6. Fundos restritos

Em 31 de março de 2025, o saldo de R\$ 25.820 (R\$ 25.659 em 31 de dezembro de 2024), registrado no ativo não circulante do Consolidado, refere-se a aplicações financeiras remunerados pela variação do CDI entre 98% e 100,25% (98% e 100,25% em 31 de dezembro de 2024)

As controladas do Grupo mantêm aplicações financeiras vinculadas para cumprir obrigações contratuais. Estes recursos são utilizados para pagamentos do serviço da dívida (amortização do principal mais pagamentos de juros) e manutenção do mínimo obrigatório da conta reserva, aquisição de outras companhias, pagamentos e taxas.

As controladas devem manter depositada em conta reserva de instituição financeira, até a liquidação de todas as obrigações assumidas contratuais de empréstimos e debêntures.

Após o cumprimento legal das obrigações contratuais os recursos excedentes são transferidos para conta corrente livre.

Saldo em 31 de dezembro de 2023	21.904
(+) Adição	2.822
(+) Rendimento	2.560
(-) Resgate	(1.627)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	25.659
(+) Rendimento	784
(-) Resgate	(623)
Saldo em 31 de março de 2025	25.820

7. Contas a receber

	Consolidado	
	31/03/2025	31/12/2024
Meios de pagamentos eletrônicos (a)	21.886	25.174
Demanda de risco (b)	875	769
Receitas acessórias (c)	7.342	5.884
Contas a receber	30.103	31.827
(-) Perda estimada para crédito de liquidação duvidosa	(680)	(680)
Total	29.423	31.147

(a) As contas a receber são registradas pelos respectivos valores faturados e estão representadas substancialmente por recebíveis de pedágio eletrônico, com prazo de recebimento inferior a 60 dias.

(b) Conforme definido no contrato de concessão da CRC, havendo variação significativa no volume de tráfego em relação ao inicialmente projetado no edital da concessão, será feita compensação de valores, de modo a amenizar os impactos financeiros, conforme critérios de compartilhamento de riscos previstos contratualmente.

(c) Valores a receber sobre receitas acessórias referente ao uso de faixa de domínio, sendo de maior relevância para passagem de fibra ótica, cabos de energia e regularização de acessos, locação de painéis publicitários e outros serviços previstos no contrato de concessão. As receitas acessórias apresentam um período maior de recebimento conforme negociação de cada contrato.

	31/03/2025	31/12/2024
Créditos a vencer	24.529	28.558
Créditos vencidos até 60 dias	1.939	1.222
Créditos vencidos de 61 a 90 dias	1.300	97
Créditos vencidos de 91 a 180 dias	617	470
Créditos vencidos há mais de 180 dias	1.718	1.480
	30.103	31.827

Movimentação da PECLD

Saldo em 31 de dezembro de 2023	-
(+) Saldo incorporado	(680)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	(680)
(+) Adições	-
(-) Reversões	-
Saldo em 31 de março de 2025	(680)

A Companhia avalia sua provisão para perda por redução ao valor recuperável de acordo com o ciclo operacional e comercial do negócio. O CPC 48 - Instrumentos Financeiros, determina que sejam consideradas as perdas esperadas para a determinação do aumento do risco de crédito os montantes de ultrapassam o prazo de 90 dias.

8. Investimentos

	Controladora	
	31/03/2025	31/12/2024
Controlada direta		
MRNE	117.827	142.076

Movimentação dos saldos de investimentos:

Investidas	Participação	Saldo em 31/12/2024	Equivalência patrimonial	Saldo em 31/03/2025
MRNE	99,99%	142.076	(24.249)	117.827

Investidas	Participação	Saldo em 31/12/2023	Equivalência patrimonial	Dividendos	Redução de capital	Saldo em 31/12/2024
MRNE	99,99%	600.228	3.783	(42.000)	(419.934)	142.076

Em 24 de setembro de 2024 foi aprovado a deliberação de pagamento de dividendos no montante de R\$ 40.000 da Verona para Monte Rodovias. O pagamento foi efetivado em 25 de setembro de 2024. Em 31 de dezembro de 2024 foi registrado dividendos propostos no montante de R\$ 2.000.

Informações acerca das investidas diretas:

	31/03/2025					
	Quantidade de ações possuídas	Participação direta (%)	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Prejuízo do período
MRNE	131.505.235	99,99	639.620	521.982	117.638	(24.252)

	31/12/2024					
	Quantidade de ações possuídas	Participação direta (%)	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Lucro do exercício
MRNE	131.505.235	99,99	643.885	499.994	143.890	3.783

Informações acerca das controladas indiretas:

	31/03/2025					
	Quantidade de ações possuídas	Participação direta (%)	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Lucro (prejuízo) do período
CRC	26.150.154	100	114.940	75.950	38.990	2.074
CRA	141.438.908	100	301.804	220.875	80.929	2.466
CBN	367.759.706	100	997.308	724.478	272.830	(10.068)
CLN	3.758	100	249.504	234.175	15.329	3.367
Total	535.352.526		1.663.556	1.255.478	408.078	(2.161)

A Monte Rodovias, possui controle acionário direto na proporção 99,99% das ações da MRNE, que por sua vez, possui igualmente controle acionário direto na proporção 100% das ações das concessionárias CBN, CRA, CRC e CLN.

9. Intangível

Custo

Consolidado

	Saldo em 31/12/2023	Aquisições (e)	Adições	Baixas (d)	Transferências (*)	Reclassificações	Saldo em 31/12/2024
Intangível em infraestrutura							
Direito de concessão - mais valia (a)	217.208	59.171	-	-	-	-	276.379
Direito de concessão de serviços públicos	1.686.103	167.364	12.155	(266)	28.061	(619)	1.892.798
Obras em andamento	9.334	1.586	50.959	-	(32.488)	(1)	29.390
Total	1.912.645	228.121	63.114	(266)	(4.427)	(620)	2.198.567
Outros intangíveis							
Softwares	5.955	1.807	353	-	-	-	8.115
Marcas e Patentes	46	-	-	-	-	-	46
Ágio (b)	7.503	-	-	-	-	41	7.544
Total	13.504	1.807	353	-	-	41	15.705
Total	1.926.149	229.928	63.467	(266)	(4.427)	(579)	2.214.272

Amortização acumulada

	Saldo em 31/12/2023	Aquisições (e)	Amortização (c)	Baixas (d)	Transferências (*)	Reclassificações	Saldo em 31/12/2024
Intangível em infraestrutura							
Direito de concessão - mais valia	(23.599)	-	(10.232)	-	-	-	(33.831)
Direito de concessão de serviços públicos	(564.968)	(57.506)	(55.987)	13	-	-	(678.448)
Total	(588.567)	(57.506)	(66.219)	13	-	-	(712.279)
Outros intangíveis							
Softwares	(2.144)	(1.538)	(683)	-	-	-	(4.365)
Total	(2.144)	(1.538)	(683)	-	-	-	(4.365)
Total	(590.711)	(59.044)	(66.902)	13	-	-	(716.644)
Intangível Líquido	1.335.438	170.884	(3.435)	(253)	(4.427)	(579)	1.497.628

Custo

Consolidado

	Saldo em 31/12/2024	Adições	Saldo em 31/03/2025
Intangível em infraestrutura			
Direito de concessão - mais valia (a)	276.379	-	276.379
Direito de concessão de serviços públicos	1.892.798	704	1.893.502
Obras em andamento	29.390	4.950	34.340
Total	2.198.567	5.654	2.204.221
Outros intangíveis			
Softwares	8.115	-	8.115
Marcas e Patentes	46	-	46
Ágio (b)	7.544	-	7.544
Total	15.705	-	15.705
Total	2.214.272	5.654	2.219.926

Amortização acumulada

	Saldo em 31/12/2024	Amortização (c)	Saldo em 31/03/2025
Intangível em infraestrutura			
Direito de concessão - mais valia	(33.831)	(2.798)	(36.629)
Direito de concessão de serviços públicos	(678.448)	(15.311)	(693.759)
Total	(712.279)	(18.109)	(730.389)
Outros intangíveis			
Softwares	(4.365)	(190)	(4.555)
Total	(4.365)	(190)	(4.555)
Total	(716.644)	(18.299)	(734.945)
Intangível Líquido	1.497.628	(12.645)	1.484.983

(*) As movimentações ocorridas no período referem-se a transferência por conclusão de projetos e reclassificação de bens físicos inicialmente classificados no intangível, sendo transferido para imobilizado.

(a) O valor do intangível atribuído ao direito de contrato pelo PPA será amortizado pela vida útil remanescente dos contratos de concessão, considerando o critério de amortização e as particularidades de cada contrato.

(b) A CBN foi adquirida pelo Fundo de Investimento M Rodovias que, na mesma data, integralizou as ações subscritas pela Companhia com a totalidade das ações da CBN pelo seu valor justo de R\$ 370.436. Com processo de apuração da diferença entre o custo da combinação de negócios e o valor justo dos ativos e passivos identificáveis, com a conclusão do Purchase Price Allocation (PPA), determinou-se o valor da Mais Valia.

(c) As amortizações do intangível estão incluídas nas contrapartidas de resultado sobre as rubricas Custo dos serviços prestados e Gerais e administrativas.

(d) As baixas ocorridas no exercício de 2024 referem-se a reembolso de procedimento arbitral e venda de móveis e utensílios.

(e) O saldo de aquisições é proveniente do evento aquisição da Concessionária Litoral Norte S.A. no montante de R\$ 111.174 e da mais valia atribuída ao contrato de concessão, no montante de R\$ 59.171.

Contrato de concessão – infraestrutura

O custo relativo à infraestrutura é mensurado com base no custo incorrido e refere-se aos custos dos investimentos em bens reversíveis ao Poder Concedente, direcionados para a infraestrutura da concessão.

Teste de recuperabilidade de ativos (*impairment*)

De acordo com os requisitos do CPC 01, os itens de ativo intangível que apresentam sinais de que o saldo contábil é superior a seu valor recuperável devem ser revisados periodicamente para determinar a necessidade de redução do saldo contábil a seu valor de realização. A Companhia concluiu que não há nenhum indicativo adicional que levasse à necessidade de constituição de ajuste de impairment dos ativos intangíveis em 31 de março de 2025.

10. Empréstimos e financiamentos

a) Composição dos empréstimos e financiamentos

Contratante	Instituição financeira	Vencimento	Moeda	Encargos financeiros	Consolidado	
					31/03/2025	31/12/2024
CBN (i)	Desenhahia	2033	R\$	TJLP+3% a.a.	6.957	7.172
CBN (ii)	BNB	2026	R\$	TJLP + 4% a.a.	1.357	1.670
CBN (iii)	BNB	2032	R\$	8,5% a.a.	192.319	198.364
CBN (iv)	Desenhahia	2032	R\$	8,5% a.a.	13.440	13.878
CBN (v)	BNB	2033	R\$	2,5% a.a.	138.414	142.171
CBN (vi)	Desenhahia	2034	R\$	TJLP+3% a.a.	16.765	17.194
CBN (vii)	BNB	2035	R\$	7,07% a.a.	177.827	178.278
CBN (viii)	Desenhahia	2026	R\$	CDI+4% a.a.	6.173	7.262
CBN (ix)	BNB	2025	R\$	IPCA+7,98% a.a.	672	923
			R\$	24,75% a.a.	2.693	3.703
CBN (x)	BNB	2037	R\$	IPCA + 2,39% a.a.	103.676	103.573
Custos de captação e estruturação			R\$		(3.502)	(3.794)
Total					656.791	670.394
Passivo circulante					37.883	39.754
Passivo não circulante					618.908	630.640

(i) Firmado pela CBN em 15 de abril de 2011, no valor de R\$ 15.000, com prazo de financiamento de 240 meses, após carência de 30 meses; e

(ii) Firmado pela CBN em 29 de abril de 2011, no valor de R\$ 15.645, pelo prazo de 180 meses, com período de carência de 30 meses;

- (iii) Firmado pela CBN em 10 de agosto de 2011, no valor de R\$ 254.139 liberados em 08 parcelas. O prazo do financiamento é de 240 meses, com período de carência de 30 meses, o contrato possui bônus de adimplência de 15% da taxa de juros anual;
- (iv) Firmado pela CBN em 12 de agosto de 2011, no valor de R\$ 30.000, com prazo de 240 meses, após carência de 30 meses, contados a partir da data assinatura do contrato. O contrato possui bônus de adimplência de 15% da taxa de juros anual;
- (v) Firmado pela CBN em 12 de dezembro de 2012, no valor de R\$ 188.435, liberados em 06 parcelas. O prazo é de 240 meses, com carência de 30 meses. O contrato possui bônus de adimplência de 15% da taxa de juros anual;
- (vi) Firmado pela CBN em 21 de dezembro de 2012, no valor de R\$ 30.000, com prazo de 240 meses, após carência de 30 meses, contados a partir da data assinatura do contrato.
- (vii) Firmado pela CBN em 26 de novembro de 2014, no valor de R\$ 181.905, liberado em 07 parcelas, com prazo de 240 meses, com carência de 36 meses. O contrato possui bônus de adimplência de 15% da taxa de juros anual;
- (viii) Firmado pela CBN em 15 de agosto de 2016, no valor de R\$ 26.000, com prazo de financiamento de 72 meses, após carência de 24 meses;
- (ix) Firmado pela CBN em 20 de junho de 2023, no valor de R\$ 10.000, com prazo de 24 meses, após carência de 6 meses, contados a partir da data assinatura do contrato.
- (x) Firmado pela CBN em 30 de dezembro de 2022, no valor de R\$ 104.978, com prazo de 108 meses, após carência de 72 meses, contados a partir da data assinatura do contrato. Este financiamento está em período de captação com R\$ 30.000 desembolsados em dezembro de 2023, R\$ 72.000 desembolsados até 31 de dezembro de 2024 e saldo restante previsto para saque até dezembro de 2025.

a.1) Custo de captação

Os custos incorridos na captação estão sendo apropriados ao resultado em função da fluência do prazo, com base no método do custo amortizado, que considera a taxa interna de retorno da operação para a apropriação dos encargos financeiros durante a vigência das operações.

a.2) Garantias

As garantias da CBN para os empréstimos obtidos junto ao Desenhavia e BNB são penhora de ação, direitos creditórios e emergentes, fundo de liquidez em conta reserva e fiança cooperativa;

a.3) Cláusula restritivas (“covenants”)

Os contratos de empréstimos e financiamentos possuem cláusulas restritivas (“covenants”) não financeiros, os quais foram cumpridos em 31 de dezembro de 2024.

b) Movimentação dos empréstimos e financiamentos

Abaixo apresentamos a movimentação dos empréstimos e financiamentos durante o período findo em 31 de março de 2025:

	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2023	652.394
(+) Captação	72.000
(+) Juros incorridos	44.331
(+) Juros capitalizados	559
(-) Juros pagos	(45.814)
(-) Amortizações	(52.663)
(+/-) Custos da transação	(413)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	670.394
(+) Juros incorridos	11.977
(+) Juros capitalizados	151
(-) Juros pagos	(12.199)
(-) Amortizações	(13.823)
(+/-) Custos da transação	291
Saldo em 31 de março de 2025	656.791

Em 31 de março de 2025, os montantes não circulantes têm a seguinte composição, por ano de vencimento:

Cronograma de amortização da dívida	Consolidado	
	31/03/2025	31/12/2024
2026	49.746	49.746
2027	48.006	48.006
2028	49.225	49.225
2029 em diante	471.931	483.663
Total	618.908	630.640

Em dezembro de 2022, foi assinado contrato junto ao Banco do Nordeste para obtenção de recursos financeiros para financiamento de obras de infraestrutura dos ativos, no montante de R\$ 104.978. No entanto, até 31 de dezembro de 2024, foi recebido R\$ 102.000, a administração aguarda o desfecho do processo e o recebimento dos recursos, com previsão até dezembro de 2025.

11. Debêntures

a) Composição das debêntures

	Contratante	Vencimento	Moeda	Encargos financeiros	Controladora	
					31/03/2025	31/12/2024
Debêntures IPCA (i)	Monte Rodovias	2031	R\$	IPCA + 10,5% a.a	-	82.342
Total					-	82.342
Passivo circulante					-	10.037
Passivo não circulante					-	72.305

	Contratante	Vencimento	Moeda	Encargos financeiros	Consolidado	
					31/03/2025	31/12/2024
Debêntures IPCA (i)	MROD	2031	R\$	IPCA + 10,5% a.a	-	-
Debêntures IPCA - 12431 (ii)	CRA	2036	R\$	IPCA + 7,17% a.a.	190.472	183.514
Debêntures IPCA (iii)	CRC	2037	R\$	IPCA + 7,87%	69.587	66.936
Debêntures DI (iv)	CLN	2030	R\$	DI + 3,90%	199.373	191.810
Debêntures (v)	MRNE	2032	R\$	DI + 4,30%.	493.470	474.310
Custos de captação e estruturação					(34.020)	(35.338)
Total					918.884	881.232
Passivo circulante					3.800	3.800
Passivo não circulante					915.082	877.432

(i) Em 15 de abril de 2021, a Companhia emitiu R\$ 80.000 de debêntures do tipo simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória. A remuneração foi estabelecida como IPCA + 10,5%. O prazo total é de 10 anos com amortização customizada iniciando 18 meses após a emissão. As garantias estabelecidas na escritura de emissão das debêntures são a alienação e cessão fiduciárias da totalidade das ações da Emissora ("Companhia") e da MRNE, a Cessão fiduciária sobre a Conta Vinculada da Emissora ("Companhia") e da MRNE e o penhor em segundo ou terceiro grau sobre a totalidade das ações da controlada da MRNE (com eficácia sujeita à implementação da respectiva condição suspensiva). Em outubro de 2023, foi acionado a cláusula de step-up de taxa para IPCA + 11,5% devido ao não atingimento de meta de amortização extraordinária da debênture;

(ii) Em 15 de dezembro de 2021, a CRA emitiu 160.000 (cento e sessenta mil) debêntures em série única no valor nominal unitário de R\$1 (mil reais), perfazendo o valor total da emissão de R\$160.000 (cento e sessenta milhões de reais). As Debêntures são do tipo simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, para distribuição pública com esforços restritos, nos termos da Instrução CVM nº 476. A remuneração foi estabelecida como IPCA + 7,17%. O prazo total é de 15 anos com amortização customizada iniciando 24 meses após a emissão. Os recursos líquidos obtidos por meio da Emissão das Debêntures foram destinados pela Emissora: **(a)** implantação e exploração de novos acessos viários, além de modernização e requalificação da infraestrutura existente; **(b)** reembolso dos investimentos realizados previamente na concessão; e **(c)** reembolso e pré-pagamento do financiamento concedido pelo BNDES nos termos do “Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito no 13.2.1434.1.

(iii) Em 25 de outubro de 2022, a CRC emitiu 60.000 (sessenta mil) debentures em série única no valor nominal unitário de R\$ 1, perfazendo o valor total da emissão de R\$ 60.000. As Debêntures são do tipo simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real. A remuneração foi estabelecida como IPCA + 7,87%. O prazo total é de 15 anos com amortização customizada iniciando 12 meses após a emissão. Os recursos líquidos obtidos por meio da Emissão das Debêntures serão destinados pela Companhia para: **(a)** o reembolso de gastos e despesas, e pré-pagamento da 1ª (primeira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, a ser convolada na espécie com garantia real, em série única, da Emissora, nos termos do “Instrumento Particular de Escritura da Primeira Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, a ser convolada na Espécie com Garantia Real, em Série Única, Para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Distribuição, da Concessionária Rota dos Coqueiros S.A.”, celebrado em 2 de julho de 2021 entre a Emissora e o Agente Fiduciário, na qualidade de representante dos debenturistas de referida emissão (“Primeira Emissão de Debêntures”); **(b)** a realização de investimentos futuros em obras civis, bem como de aquisição e melhorias e equipamentos necessários para o cumprimento do “Programa de Exploração Rodoviária – PER”.

(iv) Em 28 de novembro de 2023, a MFORTE emitiu 201.500 (cento e sessenta e cinco mil) debentures, com valor nominal de R\$1 (mil reais), sendo 165.000 correspondentes à primeira série e 36.500 à segunda série da emissão, totalizando uma emissão total de R\$ 201.500,00. As debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real. A remuneração foi estabelecida como CDI + 3,90%. Em 03 de junho de 2024 a companhia liquidou o saldo da segunda série da emissão. O prazo total é de 7 anos com amortização customizada com a primeira série iniciando 48 meses após a emissão. Os recursos líquidos obtidos por meio da Emissão das Debêntures serão destinados pela Companhia para: **(a)** aquisição de novas concessionárias dentro das estratégias de expansão do Grupo.

(v) Em 15 de agosto de 2024, a MRNE emitiu 450.000 (quatrocentas e cinquenta mil) debentures, com valor nominal de R\$1 (mil reais), As debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real. A remuneração foi estabelecida como DI + 4,30%. O prazo total é de 8 anos com amortização customizada com a primeira série iniciando 48 meses após a emissão.

As garantias estabelecidas na escritura de emissão das debêntures são: **(a)** o penhor das ações de emissão da (“Companhia”), em titularidade da Monte Rodovias Nordeste | Holding Participações S.A.; cessão fiduciária dos direitos creditórios e emergentes da Concessão de titularidade da Companhia; **(b)** cessão fiduciária dos direitos creditórios e relacionados a quaisquer contratos e apólices de seguros de titularidade da Companhia; e **(c)** conta vinculada na qual deverão transitar os recursos decorrentes da cobrança da tarifa de pedágio.

Cláusula restritivas (“covenants”)

O índice financeiro previsto em contrato é o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD), que passou a ser calculado com base nas demonstrações financeiras a partir de 31 de dezembro de 2024. O ICSD é avaliado anualmente com os resultados de 12 meses, conforme previsto em contrato.

b) Movimentação das debêntures

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2023	82.342	509.657
(+) Captação	-	450.000
(+) Juros incorridos	8.646	90.188
(+) Juros capitalizados	-	786
(-) Juros pagos	(7.698)	(28.156)
(-) Amortizações	(83.290)	(121.954)
(+/-) Custos da transação	-	(19.289)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	-	881.232
(+) Juros incorridos	-	36.172
(+) Juros capitalizados	-	160
(+/-) Custos da transação	-	1.319
Saldo em 31 de março de 2025	-	918.883

Em 31 de março de 2025, os montantes não circulantes têm a seguinte composição, por ano de vencimento:

Cronograma de amortização da dívida	Consolidado	
	31/03/2025	31/12/2024
2025	-	-
2026	6.800	6.800
2027	16.409	16.409
2028	31.935	31.935
2029 em diante	859.938	822.288
Total	915.082	877.432

12. Provisão para contingências

Em 31 de março de 2025, o Grupo possuía ações e processos nas esferas administrativas e judiciais que requeiram o registro contábil de provisão e divulgação em nota explicativa, sendo:

a) Composição da Provisão para contingências

	Consolidado	
	31/03/2025	31/12/2024
Cíveis	5.948	5.631
Trabalhistas	3.139	2.300
Tributárias	634	1.038
Ambientais	2.635	2.583
Total	12.356	11.552

b) Movimentação da Provisão para contingências

	Consolidado				
	Cíveis	Trabalhistas	Tributárias	Ambientais	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023	13.500	1.637	18	453	15.608
(+) Aquisições	3.858	2.824	3	553	7.238
(+) Adições	3.657	410	2.546	-	6.613
(+) Apropriação de juros	1.971	1.088	369	916	4.344

(-) Reversões	(13.824)	(2.076)	(1.898)	662	(17.136)
(-) Pagamentos	(3.531)	(1.584)	-	-	(5.115)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	5.631	2.299	1.038	2.584	11.552
(+) Adições	1.271	181	-	-	1.452
(+) Apropriação de juros	1.303	843	47	51	2.244
(-) Reversões	(266)	(33)	-	-	(299)
(-) Pagamentos	(1.991)	(151)	(451)	-	(2.593)
Saldo em 31 de março de 2025	5.948	3.139	634	2.635	12.356

Em 31 de março de 2025, as Controladas enfrentam ações que envolvem riscos de perdas possíveis, conforme avaliação da administração e seus consultores jurídicos, no montante de R\$ 153.320 (R\$ 196.495 em 31 de dezembro de 2024). A principal variação no período refere-se à baixa do procedimento arbitral nº 76/2017/SEC4, no montante de R\$ 58.439, em razão de acordo mútuo entre as partes para finalização do processo, relacionado ao Consórcio Sistema BA 093 na CBN.

	31/03/2025	31/12/2024
Cíveis (a)	127.162	169.557
Trabalhistas (b)	4.151	5.234
Tributárias (c)	4.458	3.932
Ambiental (d)	17.549	17.772
Total	153.320	196.495

a) Provisões Cíveis

A Companhia é parte envolvida em processos cíveis discutidos na esfera judicial. As ações possuem natureza indenizatória, decorrentes do curso ordinário de suas operações, tendo como principais objetos choque contra cancela, faixa de domínio, objetos e animais na pista, etc.

b) Provisões Trabalhistas

A Companhia é parte em ações judiciais de natureza trabalhista. Nenhuma dessas ações se referem a valores individualmente significativos e as discussões envolvem principalmente pedidos de horas extras, terceirização, responsabilidade subsidiária, indenização e doença ocupacional, dentre outros.

c) Provisões Tributárias

As causas tributárias em que a Companhia é parte são distribuídas por natureza de tributos municipais e federais, dentre os quais merecem destaque os processos em trâmite que discutem a cobrança de IPTU, diante da possibilidade de êxito e relevância da tese firmada no Tribunal de Justiça da Bahia.

d) Provisões Ambientais

As demais provisões da Companhia referem-se a demandas ambientais decorrentes do período de obras, licenciamento, arbitragem e pleitos administrativos regulatórios.

13. Provisão para manutenção

Em 31 de março de 2025, o Grupo apresentava saldo de R\$ 59.171 (R\$ 53.259 em 31 de dezembro de 2024), referente à provisão para manutenção e recuperação da infraestrutura, sendo:

a) Movimentação da provisão para manutenção

	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2023	32.671
Provisão	57.638
Reversão	(37.050)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	53.259

Provisão	13.517
Reversão	(7.605)
Saldo em 31 de março de 2025	59.171

	31/03/2025	31/12/2024
Passivo circulante	9.443	8.109
Passivo não circulante	49.728	45.150
Total	59.171	53.259

- R\$ 38.209 constituídos pela CBN, considerando os investimentos previstos para novas intervenções na pavimentação, visando garantir os parâmetros contratuais, em ciclos de manutenção de 5 anos em face de eventuais desgastes decorrentes do tráfego passante na rodovia, tomando como base a projeção de fluxo de caixa futuro, descontado a valor presente pela taxa de desconto de 12,38% a.a.;
- R\$ 544 constituída pela CRC, considerando os investimentos previstos para novas intervenções na pavimentação, visando garantir os parâmetros contratuais, em ciclos de manutenção de 5 anos em face de eventuais desgastes decorrentes do tráfego passante na rodovia, tomando como base a projeção de fluxo de caixa futuro, descontado a valor presente pela taxa de desconto de 14,29% a.a.; e
- R\$ 8.586 constituída pela CRA, considerando os investimentos previstos para novas intervenções na pavimentação, visando garantir os parâmetros contratuais, em ciclos de manutenção de 5 anos em face de eventuais desgastes decorrentes do tráfego passante na rodovia, tomando como base a projeção de fluxo de caixa futuro, descontado a valor presente pela taxa de desconto de 15,35% a.a.
- R\$ 11.832 constituída pela CLN, considerando os investimentos previstos para novas intervenções na pavimentação, visando garantir os parâmetros contratuais, em ciclos de manutenção de 5 anos em face de eventuais desgastes decorrentes do tráfego passante na rodovia, tomando como base a projeção de fluxo de caixa futuro, descontado a valor presente pela taxa de desconto de 11,48% a.a.

14. Impostos de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e contribuição social diferidos, são reconhecidos somente quando seja provável que existirá base tributável para utilização das diferenças temporárias e prejuízos fiscais. A constituição do imposto de renda e contribuição social diferido está em conformidade com o disposto no Pronunciamento técnico CPC 32 - Tributos sobre o Lucro. Em 31 de março de 2025, a Companhia apresentava os seguintes saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos:

2025	Saldo líquido em 1º de janeiro	Reconhecimento no resultado	Saldo em 31 de março		
			Valor líquido	Ativo Fiscal diferido	Passivo Fiscal diferido
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	49.813	(1.727)	48.086	48.086	-
Provisão para riscos processuais	3.749	274	4.023	4.023	-
Arrendamento Mercantil (Amortização, Encargos, Pagamentos) - IFRS 16	830	(10)	820	820	-
Juros Capitalizados	903	169	1.072	1.072	-
Provisão na participação nos lucros e resultados (PLR)	437	-	437	437	-
PECLD	340	-	340	340	-
Adoção Inicial Lei 12.973/2014	921	(15)	907	907	-
Receita/Custo de Construção - ICPC 01	(15.137)	(15)	(15.152)	83.399	(98.552)
Amortização/Depreciação fiscal x contábil	(2.532)	27	(2.505)	-	(2.505)

Outras diferenças temporárias	20.780	749	21.529	21.529	-
Ganho por compra vantajosa	(41.052)	-	(41.052)	-	(41.052)
Impostos (ativos) passivos antes da compensação	19.052	(548)	18.504	160.613	(142.109)
Compensação de imposto				2.162	2.162
Imposto líquido passivo (ativo)			18.504	158.451	(139.947)

As Controladas estimam apresentar lucro tributável futuro em montante suficiente para recuperar o crédito tributário decorrente de prejuízo fiscal e base negativa, baseando-se nas projeções conforme o quadro a seguir:

31/03/2025

Período	CRC	CRA	CBN	Consolidado
2026	1.012	3.657	6.304	10.973
2027 em diante	2.304	27.624	7.185	37.113
Total	3.316	31.281	13.489	48.086

Reconciliação da despesa de imposto de renda e da contribuição social

Os valores de imposto de renda e contribuição social demonstrados no resultado apresentam a seguinte reconciliação em seus valores à alíquota nominal:

	31/03/2025		31/03/2024	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	(25.092)	(22.031)	(3.306)	(2.711)
Expectativa de receita (despesa) de imposto de renda e contribuição social, de acordo com a alíquota vigente combinada de 34%	8.532	7.491	1.124	922
Ajustes para cálculo da taxa efetiva:				
Equivalência Patrimonial	(8.244)	-	318	-
Efeito tributário das adições e exclusões permanentes				
Riscos judiciais	-	274	-	(131)
Arrendamentos	-	(5)	-	261
Outras provisões	-	(1.778)	-	129
Subvenções do lucro da exploração	-	1.422	-	837
Instrumentos Financeiros	-	169	-	200
Outras diferenças permanentes	-	(10.637)	-	(2.814)
Imposto de Renda e CSLL diferido não constituído	(288)	-	(1.442)	-
Total de imposto de renda e contribuição social no resultado	-	(3.064)	-	(596)
Imposto de renda e contribuição social correntes	-	(2.515)	-	(348)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	(549)	-	(248)
Total de imposto de renda e contribuição social no resultado	-	(3.064)	-	(596)
Alíquota efetiva de impostos	-	13,9%	-	22,0%

15. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 31 de março de 2025, o capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$ 136.264 (R\$ 136.264 em 31 de dezembro de 2024), representado por 131.505.235 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

b) Reservas de lucros

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

Remuneração do pessoal-chave da Administração da Companhia

Em 31 de março 2025, a Companhia registrou o montante de R\$ 16.665 (R\$ 1.501 em 31 de março de 2024), referente à remuneração dos administradores.

Consolidado	31/03/2025	31/03/2024
Remuneração com encargos (i)	15.171	1.482
Incentivo de longo prazo	1.494	19
Total	16.665	1.501

(i) A variação ocorrida no período refere-se ao pagamento de gratificações realizada no primeiro trimestre de 2025, no ano anterior ocorreu no segundo trimestre.

16. Receitas

	Consolidado	
	31/03/2025	31/03/2024
Receitas de pedágio	120.312	81.200
Demanda de risco (a)	1.139	636
Receitas acessórias (locação de espaço físico e publicidade)	3.001	1.260
Impostos e contribuição sobre serviços	(12.360)	(7.238)
Outras deduções	(22)	(1)
Receita líquida de serviços	112.070	75.857
Receita de construção	4.530	6.466
Receita líquida	116.600	82.323

(a) Conforme definido no contrato de concessão, havendo variação significativa no volume de tráfego em relação ao inicialmente projetado no edital da concessão, será feita compensação de valores, de modo a amenizar os impactos financeiros, conforme critérios de compartilhamento de riscos previstos contratualmente.

17. Custos por natureza

	Consolidado	
	31/03/2025	31/03/2024
Custos de pessoal (i)	(18.267)	(8.277)
Serviços de terceiros	(5.937)	(3.972)
Materiais, equipamentos e veículos	(1.165)	(1.471)
Gastos gerais	(1.952)	(1.657)
Provisão para manutenção	(13.516)	(10.339)

Provisão para contingências	(360)	-
Depreciação e amortização	(18.923)	(14.741)
Custos dos serviços prestados	(60.120)	(40.457)
Custos de construção	(4.486)	(6.402)
Total	(64.606)	(46.859)

- (i) Variação da rubrica decorrente do pagamento de gratificações e participações no resultado realizada no primeiro trimestre de 2025, no ano anterior ocorreu no segundo trimestre, e à aquisição da CLN - Concessionária Litoral Norte.

Os custos de obra de infraestrutura referem-se aos custos apurados e lançados, tomando-se por base as orientações contidas na Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) – Contratos de Concessão e OCPC 05.

18. Despesas gerais e administrativas por natureza

	Controladora	
	31/03/2025	31/03/2024
Despesas de pessoal	(32)	(14)
Serviços de terceiros	(387)	(44)
Materiais, equipamentos e veículos	(6)	(18)
Seguros/Garantias	-	(39)
Licenças de software/telecomunicações	(22)	(7)
Gastos gerais	(128)	(43)
Depreciação e amortização	(67)	(154)
Total	(642)	(319)

	Consolidado	
	31/03/2025	31/03/2024
Despesas de pessoal	(11.797)	(5.598)
Serviços de terceiros	(5.012)	(1.745)
Materiais, equipamentos e veículos	(655)	(456)
Seguros/Garantias	(1.883)	(1.471)
Provisão para contingências	1.144	1.319
Licenças de software/telecomunicações	(1.055)	(842)
Gastos gerais	(4.265)	(3.088)
Depreciação e amortização	(3.056)	(2.618)
Total	(26.579)	(14.499)

19. Resultado financeiro, líquido

	Controladora	
	31/03/2025	31/03/2024
Rendimentos de aplicação financeira	2	1
Receitas financeiras	2	1
Juros de debêntures	-	(3.876)
Juros de debêntures privadas – partes relacionadas	-	(19)

Juros de contratos de arrendamento	(5)	-
Outras despesas financeiras	(198)	(29)
Despesas financeiras	(203)	(3.924)

Resultado financeiro, líquido	(201)	(3.923)
--------------------------------------	--------------	----------------

	Consolidado	
	31/03/2025	31/03/2024
Descontos obtidos	1.173	5
Rendimentos de aplicação financeira	5.933	9.308
Atualização monetária ativa	20	220
Impostos sobre receita financeira	(332)	-
Outras receitas financeiras	176	555
Receitas financeiras	6.970	10.088

Juros de empréstimos e financiamentos	(11.977)	(10.859)
Juros de debêntures	(36.172)	(19.320)
Juros de contratos de arrendamento	(134)	(255)
Atualização monetária passiva	(2.302)	(934)
Multas e juros	(1.035)	-
Outras despesas financeiras (i)	(3.205)	(2.498)
Despesas financeiras	(54.825)	(33.866)

Resultado financeiro, líquido	(47.855)	(23.778)
--------------------------------------	-----------------	-----------------

20. Resultado por ação

O resultado básico e diluído por ação é calculado mediante a divisão do lucro/(prejuízo) atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade de ações ordinárias emitidas durante o período.

	31/03/2025		31/03/2024	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Prejuízo atribuível aos acionistas da Companhia	(25.092)	(25.095)	(3.306)	(3.307)
Quantidade de ações ordinárias em circulação (milhares)	136.264	136.264	472.264	472.264
Prejuízo básico e diluído por ação - Em reais	(184,14)	(184,16)	(7,00)	(7,00)

21. Conciliação da movimentação patrimonial com os fluxos de caixa decorrentes de atividades de financiamento

Controladora

	Debêntures	Debêntures com Partes Relacionadas	Arrendamentos	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023	82.343	19.467	-	101.810
Variações dos fluxos de caixa de financiamento				-
Amortização de financiamentos e debêntures	(83.290)	-	-	(83.290)
Partes relacionadas - captação	-	97.878	-	97.878
Partes relacionadas - amortização (a)	-	(117.481)	-	(117.481)
Pagamentos de arrendamento	-	-	(376)	(376)
Total das variações nos fluxos de caixa de financiamento	(83.290)	(19.603)	(376)	(103.269)
Outras variações				
Novos arrendamentos			790	790
Despesas com juros	8.645	136	38	8.819
Juros pagos	(7.698)	-	-	(7.698)
Total das outras variações relacionadas com passivos	947	136	828	1.911
Saldo em 31 de dezembro de 2024	-	-	452	452

Controladora

	Arrendamentos	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2024	452	452
Variações dos fluxos de caixa de financiamento		-
Pagamentos de arrendamento	(71)	(71)
Total das variações nos fluxos de caixa de financiamento	(71)	(71)
Outras variações		
Despesas com juros	6	6
Total das outras variações relacionadas com passivos	6	6
Saldo em 31 de março de 2025	387	387

Consolidado	Empréstimos e financiamentos	Debêntures	Arrendamentos	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023	652.394	509.657	8.098	1.170.150
Variações dos fluxos de caixa de financiamento				
Captação de financiamentos e debêntures	72.000	450.000	-	522.000
Amortização de financiamentos e debêntures	(52.663)	(121.954)	-	(174.617)
Pagamento de arrendamento	-	-	(10.481)	(10.481)
Total das variações nos fluxos de caixa de financiamento	19.337	328.046	(10.481)	336.902
Outras variações				
Novos arrendamentos	-	-	5.640	5.640
Custos de transação	(413)	(19.289)	-	(19.702)
Despesas com juros	44.740	90.974	3.311	139.025
Reclassificação	-	-	669	669
Baixas (*)	-	-	(217)	(217)
Juros pagos	(45.664)	(28.156)	-	(73.820)
Total das outras variações relacionadas com passivos	(1.337)	43.529	9.403	51.595
Saldo em 31 de dezembro de 2024	670.394	881.232	7.020	1.558.646

Consolidado	Empréstimos e financiamentos	Debêntures	Arrendamentos	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2024	670.394	881.232	7.020	1.558.646
Variações dos fluxos de caixa de financiamento				
Amortização de financiamentos e debêntures	(13.823)	-	-	(13.823)
Pagamento de arrendamento	-	-	(2.936)	(2.936)
Total das variações nos fluxos de caixa de financiamento	(13.823)	-	(2.936)	(16.759)
Outras variações				
Novos arrendamentos	-	-	3.540	3.540
Custos de transação	291	1.319	-	1.610
Despesas com juros	11.977	36.172	1.669	49.818
Juros capitalizados	151	160	-	311
Reclassificação	-	-	(187)	(187)
Juros pagos	(12.199)	-	-	(12.199)
Total das outras variações relacionadas com passivos	220	37.651	5.022	42.893
Saldo em 31 de março de 2025	656.791	918.882	9.106	1.584.780

(*) As baixas ocorridas no período referem-se à distratos.

22. Contratos

a) Contrato de concessão – CBN

Contrato firmado em 17 de agosto de 2010 entre o Estado da Bahia, por intermédio da Secretaria de Infraestrutura do Estado da Bahia (Seinfra), juntamente com o Departamento de Infraestrutura de Transporte da Bahia (Derba), a Agência Estadual de Serviços Públicos de Energia, transporte e comunicações do Estado da Bahia (Agerba), e a Concessionária Bahia Norte (“CBN”, tendo como objeto a exploração da infraestrutura e da prestação do serviço público de recuperação, operação, manutenção, monitoramento, conservação, implantação de capacidade do Sistema Rodoviário “Concessão” dos trechos: BA-093, BA-512, BA-521, BA-524, BA-526 e BA-535, mediante a prestação de serviço pela Concessionária pelo prazo de 25 anos, a partir da data de assinatura do contrato.

A Companhia deverá executar as obras de construção da rodovia seguindo a metodologia de execução pré-estabelecida, além de elaborar os estudos e projetos executivos e obter as licenças necessárias, incluindo as relacionadas à proteção ambiental.

Em 25 de setembro de 2014, foi assinado o 2º termo aditivo ao Contrato de Concessão nº 01/2010 com finalidade de incluir o trecho situado entre o km 18,5 da BA-526 e o km 8,5 da BA-099 denominado de Via Metropolitana, para ser construído pela Concessionária e aditado em 05 (cinco) anos a vigência do Contrato, passando de 25 para 30 anos além de 03 parcelas de reequilíbrios tarifário.

Durante o prazo de concessão, a Companhia deverá contratar e manter em vigor apólices de seguro de riscos operacionais, seguro garantia, seguro da frota de veículos e seguro de responsabilidade civil.

b) Contrato de concessão – CRC

Contrato firmado em 28 de dezembro de 2006 entre o Comitê Gestor do Programa Estadual de Parceria Público-Privada - CGPE e a Companhia, tendo como objeto a exploração do sistema viário composto pela praça de pedágio de Jaboatão dos Guararapes, a ponte de acesso sobre o Rio Jaboatão, a via principal da Reserva do Paiva e a praça de pedágio do Cabo de Santo Agostinho, precedida de obras, mediante a prestação de serviço pela concessionária pelo prazo de 33 anos e 05 meses, podendo ser prorrogado até o máximo de 35 anos para garantir o prazo mínimo de 30 anos de exploração, a partir da data de assinatura do contrato, cujo valor de receita estimado é de R\$ 143.203.

O Contrato poderá ser rescindido por iniciativa da Companhia, no caso de descumprimento pelo Poder Concedente de suas obrigações contratuais.

c) Contrato de concessão – CRA

O contrato de concessão tem prazo de 35 anos, contados a partir de novembro de 2011, mediante a cobrança de pedágios, permitindo a exploração de receitas acessórias, e consiste na implantação dos novos acessos viários e requalificação dos já existentes, modernização e implantação do sistema de sinalização, instalação de iluminação pública, implantação de sistemas eletrônicos de gestão e arrecadação de pedágios, dentre outras obras de manutenção e operação da rodovia.

Em 04 de janeiro de 2014, a Companhia iniciou suas operações nas praças de pedágio 1, 2, 3 e 4, em 24 de janeiro de 2014 iniciou suas operações da praça 5.

Foi assinado em 12 de setembro de 2017 o 2º Aditivo ao Contrato de Concessão, conforme pleito de reequilíbrio protocolado pela Companhia, alterando, entre outras providências, o valor da Tarifa Básica de Pedágio em R\$ 0,054 – data base setembro de 2010, que passou a vigorar a partir de 04 de janeiro de 2018, corrigida pelo IPCA do período. Do mesmo modo, foi assinado em 28 de dezembro de 2018 o 3º Aditivo ao Contrato de Concessão, onde foram reprogramados investimentos, compensada a perda verificada com a edição da Lei nº 13.711/2018 e incluídas novas obrigações à Concessionária. Este aditivo levou a Tarifa Básica de Pedágio para R\$ 4,938 – data-base setembro de 2010, praticada a partir de 04 de janeiro de 2019.

Em 13 de outubro de 2020, foi pleiteado junto ao Poder Concedente um novo pedido de reequilíbrio econômico e financeiro, com a atualização dos eixos suspensos, postergação dos investimentos em balanças para 2022 e as perdas de receita decorrentes da pandemia da Covid-19. Suape, através de ofício autorizou a postergação da implantação para o ano 10 da concessão (04/11/2020 – 03/11/2021) e iniciou a solicitação junto a Secretaria de Infraestrutura e Recursos Hídricos de Pernambuco (Seinfra) pela retomada do grupo de trabalho, que discute a questão das balanças, por solicitação da CRA.

O pleito continua em análise junto ao Poder Concedente.

Em 29 de abril de 2021, houve a emissão do 4º Aditivo ao Contrato de Concessão, cujo objeto foi o reconhecimento do aperfeiçoamento do ato de anuência formalizado pelo Termo de Anuência à Transferência de Controle Societário firmado em 06 de agosto de 2020, passando o controle acionário da Companhia para a Monte Rodovias Nordeste | Holding Participações S.A., com efeitos a partir desta data, instante em que assume todos os direitos, deveres, obrigações, responsabilidades e encargos relativos e fixados no Contrato de Concessão.

Ressaltamos que anualmente a Tarifa Básica é atualizada pelo IPCA, conforme previsto pelo Contrato de Concessão.

Periodicamente, as Concessionárias avaliam a proposição de pleitos de reequilíbrio econômico-financeiro, com o objetivo de remunerar, conforme as modalidades e mecanismos previstos em cada um dos contratos, os investimentos adicionais realizados no decorrer da execução contratual e que não estavam previstos originalmente nos respectivos planos de negócio, bem como compensar eventuais perdas decorrentes da materialização de eventos cujo risco não foi expressamente alocado à Concessionária.

d) Contrato de concessão – CLN

A CLN – Concessionária Litoral Norte, uma empresa do grupo Monte Rodovias, administra desde 2000 a BA-099 (Estrada do Coco/Linha Verde) de acordo com contrato de Concessão firmado com o Governo do Estado da Bahia com término em 2050.

A empresa é responsável pelo trecho da BA-099 que começa no km 7,7 (Ponte do Rio Joanes) até a divisa da Bahia com o estado de Sergipe, no km 192, além dos acessos às localidades de Arembepe, Praia do Forte, Porto de Sauípe, Baixios/Palame, Subaúma e Conde.

Desde o início da concessão, a BA-099 se consolidou como uma rodovia de alto padrão de qualidade, conforto e segurança e uma importante agente de desenvolvimento socioeconômico da região. Suas boas condições propiciaram e propiciam a realização no seu entorno de empreendimentos, principalmente nos setores de hotelaria, imobiliário e cultural, ratificando o compromisso da CLN em cuidar melhor do seu caminho, o qual é repleto de belas praias e paisagens exuberantes.

O contrato de concessão prevê que do km 7,7 até o km 54 (Estrada do Coco), da ponte do Rio Joanes, em Camaçari-BA, até a altura da Praia do Forte, em Mata de São João – BA, a CLN realize serviços de manutenção e conservação da rodovia e ofereça os serviços (apoio) de atendimento médico, mecânico (que compreende a retirada do veículo da rodovia deixando o usuário no posto mais próximo) e inspeção do trecho. Inclusive, na Estrada do Coco, a concessionária já realizou a duplicação de 46km de rodovia, melhorando o tráfego dos veículos e oferecendo maior conforto, segurança e fluidez na região.

No trecho da Linha Verde, que vai do km 54 até a divisa com o estado de Sergipe, no km 192, são previstos os serviços de manutenção, conservação e sinalização da rodovia.

As Companhias assumiram, de modo geral, os seguintes principais compromissos decorrentes das concessões:

- Implantação de terceiras faixas;
- Duplicação;
- Implantação de acostamento;
- Implantação de passarelas para pedestres;
- Adequação de paradas de ônibus em trechos urbanos; e
- Instalação de cabines de pedágio.

A tarifa básica de cada concessão, foi inicialmente definida em Edital pelo Poder Concedente, baseando-se em estudos de viabilidade econômico-financeiro de cada projeto, onde periodicamente cada concessionária, por meios de pleitos de reequilíbrios, submetem a apreciação de julgamento do Poder Concedente, reajustes tarifários, de modo a recompor eventuais perdas, bem como viabilizar os investimentos previstos no contrato de concessão. Cabe ainda ao Poder Concedente decidir acerca de eventuais pedidos de renovação contratual.

Em caso de extinção das concessões, o Poder Concedente assumirá a prestação dos serviços, sendo-lhes transferidos todos os bens reversíveis nos termos do Contrato de Concessão.

* * *